

Em defesa de um novo tratamento para países devedores

A. M. Pimenta Neves, nosso correspondente em Washington.

Três dos economistas que mais se dedicam ao estudo do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento sugeriram ontem que os bancos privados e os organismos oficiais alterem o tratamento que dispensam aos devedores.

C. Fred Bergsten (foto abaixo), William R. Cline e John Williamson, do Instituto de Economia Internacional de Washington, ao divulgar seu estudo, "Os Empréstimos dos Bancos aos Países em Desenvolvimento: as Alternativas de Política", disseram que novos passos são necessários para aliviar a situação e é preciso traçar planos contingentes que atenuem o impacto de uma eventual recessão internacional ou elevação dos juros sobre esses países.

Os autores esperam que seu estudo seja levado em consideração pelas autoridades financeiras internacionais durante as reuniões do Comitê Interino e do Comitê de Desenvolvimento do FMI e do Banco Mundial, em Washington. As suas principais recomendações.

1) Concessão de novos empréstimos pelos bancos com teto para as taxas de juros. Se os juros do mercado ultrapassarem esse teto, a diferença será cobrada posteriormente.

2) Criação de uma linha de crédito compensatória no FMI para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem elevações repentinas e excessivas das taxas de juros.

3) Reescalonamento plurianual das amortizações da dívida, com substancial aumento dos prazos de pagamento e redução das taxas de risco (*spreads*) e eliminação das comissões iniciais, nos moldes do que foi feito para o México.

4) Oferta de seguro pelas companhias de seguros, por agências governamentais como o Eximbank e pelo Banco Mundial, para os empréstimos bancários, como meio de repartir o risco.

5) Alteração da taxa de alavancagem do Banco Mundial (que hoje limita os empréstimos do banco a um dólar por cada dólar de capital), a fim de que faça maior uso da sua autoridade para garantir financiamentos privados para os países que executem políticas responsáveis.

Novos empréstimos

Em sua entrevista coletiva, Fred Bergsten, que foi secretário-assistente do Tesouro na Administração Carter e a primeira autoridade americana a sugerir que o Brasil recorresse ao FMI muito antes de 1982, disse que, na eventualidade de uma nova crise provocada por uma recessão internacional ou por um aumento súbito e significativo dos juros, a melhor solução seria a concessão de novos empréstimos pelos bancos. Mas, se necessário, sublinhou, os bancos deveriam também concordar com a adoção de tetos retroativos para as taxas de juros relativas às obrigações já contraídas.

Os três economistas reconhecem que houve "substancial êxito" nos esforços de estabilização já rea-

lizados. Contudo, consideram prudente a adoção de medidas que tranquilizem ainda mais o mercado internacional e estimulem os países devedores a colocarem em prática políticas mais eficientes.

Os autores rejeitaram idéias mais radicais para a solução do problema da dívida. Algumas dessas medidas, como o perdão da dívida, trariam mais prejuízos do que vantagens a longo prazo, disseram. Mesmo a proposta de que a dívida seja paga de acordo com a receita de exportação dos devedores foi recebida com ceticismo. Se, por acaso, comprometer a habilidade do País de receber novos empréstimos, os benefícios do esquema seriam mínimos. A conversão da dívida em capital acionário, observaram, encontra obstáculos de natureza política.

Lemgruber em Washington

O presidente do Banco Central do Brasil, Antônio Carlos Lemgruber, ontem esteve no Fundo Monetário Internacional, no Departamento do Tesouro e na Reserva Federal, numa visita que ele próprio classificou de "cortesia". Achou natural que houvesse um contato preliminar com as autoridades do governo americano e do FMI, porque faz parte de uma nova administração brasileira. Dentro de duas semanas, Lemgruber estará de volta a Washington para participar de reunião do Comitê Interino e do Comitê de Desenvolvimento do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial.

Numa conversa com o diretor-

gerente do FMI, Jacques de Larosière, o presidente do Banco Central informou-o de que foi "útil" a reunião mantida em Nova York com o comitê dos bancos privados que negocia com o Brasil.

Lemgruber disse que ainda não foi definida a data para retomada oficial das negociações com o FMI, mas sublinhou que o País não tem uma estratégia de protelar essas negociações. Espera resultados importantes em termos de inflação e oferta monetária neste mês e disse que o nível de reservas do País é excelente, situando-o em US\$ 8 bilhões.

Ontem à tarde, depois de cumprimentar o embaixador Sérgio Correa da Costa, Lemgruber fez a quase obrigatória visita a Paul Volcker, chairman da Reserva Federal, o Banco Central dos Estados Unidos. No Departamento do Tesouro, avistou-se com Beryl Sprinkel, que apenas aguarda confirmação do Congresso para sua nomeação antes de assumir o posto de presidente do Conselho Econômico do presidente Ronald Reagan.

